

**Indicadores macroeconômicos e endividamento
pessoal/familiar brasileiro**

**Macroeconomic indicators and brazilian
personal/family indebtedness**

**Indicadores macroeconómicos y endeudamiento
personal/familiar brasileño**

Geraldo Alemandro Leite Filho¹

Resumo: O objetivo do estudo foi verificar e quantificar a relação entre as variáveis macroeconômicas e o endividamento das famílias brasileiras, numa perceptiva de séries temporais. Tratou-se de uma pesquisa descritiva, quantitativa, com dados secundários em séries temporais mensais de janeiro de 2012 a dezembro de 2022. Foi utilizado estatística descritiva, análise de séries temporais e análise de correlação não paramétrica. Os resultados evidenciaram que as variáveis heterogêneas em termos de médias e desvios padrões de diferentes magnitudes, negativamente assimétricas e platicúrticas, descaracterizando um comportamento normalmente distribuído das séries. As series temporais das variáveis endividamento, % famílias endividadas, volume de concessão de crédito, comprometimento da renda com serviço da dívida e custo do credito apresentaram uma tendência de aumento ao longo do tempo. A correlação evidenciou que o endividamento relacionou-se positivamente com a taxa de cambio, concessão ou facilitação de

¹Doutor em Administração, Professor do Departamento de Ciências Contábeis da UNIMONTES, MG, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2908-7907>; Email: geraldo.alemandro@unimontes.br.

credito, com a renda das famílias, taxa de desocupação, Índice de Confiança no Comércio e inflação. Foi encontrada relação negativa moderada e significativa com a inadimplência e o custo de crédito.

Palavras- chave: Endividamento familiar, séries temporais, variáveis macroeconômicas

Abstract: The objective of the study was to verify and quantify the relationship between the macroeconomic variables and the indebtedness of Brazilian families, in a perceptible of time series. This was a descriptive, quantitative research, with secondary data in monthly time series from January 2012 to December 2022. Descriptive statistics, time series analysis and non-parametric correlation analysis were used. The results showed that the heterogeneous variables in terms of means and standard deviations of different magnitudes, negatively asymmetric and platykurtic, mischaracterizing a normally distributed behavior of the series. The time series of the variables indebtedness, % indebted families, volume of credit granted, commitment of income to debt service and cost of credit showed an upward trend over time. The correlation showed that indebtedness was positively related to the exchange rate, granting or facilitating credit, family income, unemployment rate, Trade Confidence Index and inflation. A moderate and significant negative relationship was found with default and the cost of credit.

Key-words: Household debt, time series, macroeconomic variables

Resumen: El objetivo del estudio fue verificar y cuantificar la relación entre las variables macroeconómicas y el endeudamiento de las familias brasileñas, en una serie perceptible de tiempo. Se trata de una investigación descriptiva, cuantitativa, con datos secundarios en series de tiempo mensuales de enero de 2012 a diciembre de 2022. Se utilizó estadística descriptiva, análisis de series de tiempo y análisis de correlación no paramétrico. Los resultados mostraron que las variables heterogéneas en términos de medias y desviaciones estándar de diferentes magnitudes, negativamente asimétricas y platicúrticas, caracterizan erróneamente un comportamiento normalmente distribuido de la serie. La serie temporal de las variables endeudamiento, %

famílias endeuadas, volumen de crédito otorgado, compromiso de ingresos al servicio de la deuda y costo del crédito mostró una tendencia ascendente en el tiempo. La correlación mostró que el endeudamiento se relacionó positivamente con el tipo de cambio, el otorgamiento o facilitación de crédito, el ingreso familiar, la tasa de desempleo, el Índice de Confianza Comercial y la inflación. Se encontró una relación negativa moderada y significativa con la morosidad y el costo del crédito.

Palabras clave: Deuda de los hogares, series de tiempo, variables macroeconómicas

Introdução

Um dos problemas contemporâneos que a sociedade brasileira tem enfrentado, relatado em estudos e reportagens, é a questão do endividamento familiar ou pessoal. Diversas organizações têm mensurado e observado a evolução temporal desta variável, relacionando o seu crescimento nos últimos anos à deterioração das vagas no mercado de trabalho e ao aumento da inflação geral que tem corroído o poder de compra das pessoas, causando queda na renda, sendo estes efeitos foram potencializados em função da pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 a 2022 (SERASA, 2021). Desta forma, sugere-se que a principal explicação para o crescimento acentuado do endividamento das pessoas ou famílias provocado pela pandemia se deveu aos impactos negativos das restrições ao contato social sobre os negócios e o mercado de trabalho, formal e informal, gerando restrições de materiais e produtos manufaturados e serviços, aumentando assim a demanda e elevando o preço dos mesmos. Assim, este cenário de queda de renda, falta de emprego e aumento da inflação é sugerido pelos estudos como os principais determinantes da elevação dos níveis de endividamento pessoal ou familiar no Brasil nos últimos anos. (Camargos, 2022; Carvalho et al. 2020).

Menasce (2020) observa que o endividamento das famílias é um problema sério no Brasil, cujas principais causas são, além dos fatores de desemprego, inflação e queda na renda, a falta de educação

financeira; uso inadequado das modalidades de crédito, (cheque especial ou crédito rotativo); consumismo e materialismo excessivo; falta de uma reserva de emergência; má administração das finanças; altas taxas de juros do crediário e fazer empréstimos impulsivos por meio de ofertas de crédito com juros altos.

Conforme dados da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC) de fevereiro de 2023, a proporção de famílias brasileiras endividadas ficou em 78,3% do total das famílias brasileiras, sendo recorde da série histórica, iniciada em 2011.

Acredita-se que a investigação dos fatores causadores do endividamento das pessoas e famílias seja fundamental para o entendimento deste fenômeno. Supõe-se que os determinantes do endividamento das pessoas ou famílias seja multifatorial, que podem ser classificados em aspectos pessoais, psicológicos, comportamentais, demográficos, sociais e econômicos. Para Carvalho, Souza e Fuentes (2017) o endividamento ocorre em todas as classes econômicas e ultrapassa somente os aspectos financeiros, determinante este geralmente mais citado na literatura sobre o assunto. Para os autores, o endividamento está desassociado da simples questão de limitação financeira, sendo considerado um fenômeno sócio econômico multicausal e com variadas interpretações. Os autores citam fatores como nível educacional do indivíduo, alfabetização financeira, autoestima, locus de controle, comportamento com relação ao risco, hábitos de uso do dinheiro, estilo de vida, transtornos mentais, além de aspectos sociodemográficos e características pessoais como temas capazes de explicar o endividamento.

A literatura de finanças pessoais contempla estudos e pesquisas que investigaram determinantes comportamentais da propensão ao endividamento, avaliando as diferenças no gênero, nível de letramento financeiro, níveis de materialismo, escolaridade bem como aspectos psicológicos e comportamentais nas decisões de consumo e nas atitudes quanto ao dinheiro. Outra vertente teórica, focou em estudar as variáveis macroeconômicas que contemplam dados sociais, demográficos e econômicos como determinantes e que influenciam sobremaneira os níveis de endividamento familiar ou

pessoal.

As principais variáveis macroeconômicas listadas na literatura como causadores do endividamento familiar são: Taxa básica de juros da economia (Vieira, Roma e Ferreira, 2014; Ruberto et al., 2013; Bortoluzzi et al. 2015; Steter e Barros, 2012); Inflação (Linardi, 2008; Glad e Almeida, 2021; Camargos, 2022; Rayssa e Maia, 2022); Taxa de desemprego ou desocupação (Zerrenner, 2007; Lucena et al., 2014; Kunkel, Vieira e Potrich, 2015; Vieira, Flores e Campara, 2014; Rayssa e Maia, 2022; Steter e Barros, 2012; Camargos, 2022); Renda familiar (Santos e Silva, 2004; Silva, Vieira e Faia, 2012; Bricker et al., 2012; Lucena et al., 2014; Vieira, Flores e Campara, 2014; Zerrenner, 2007; Santos e Souza, 2014; Kunkel, Vieira e Potrich, 2015); Confiança do consumidor (Berg e Bergström, 1996); Inadimplência (Glad e Almeida, 2021; Rossato, Beskow e Pinto, 2019), Câmbio e Produto Interno Bruto , (Ruberto et al., 2013; Camargos, 2022); Custo de crédito, (Vieira, Roma e Ferreira, 2014) e Oferta de crédito na economia (Sbicca, Floriani e Juk, 2012; Vieira, Roma e Ferreira, 2014; Camargos, 2022).

Neste sentido, o objetivo da presente investigação foi verificar e quantificar a relação entre as variáveis macroeconômicas e o endividamento das famílias brasileiras, numa perspectiva de séries temporais. Como objetivos específicos, apresentou-se a estatística descritiva das variáveis macroeconômicas listadas na literatura que estão associadas ao endividamento, analisou-se a série temporal de cada uma das variáveis e seus padrões ao longo do tempo e mensurou-se a associação entre as variáveis por meio de correlação.

Supõe-se que o entendimento das variáveis macroeconômicas que estão associadas aos níveis de endividamento das pessoas e das famílias pode fornecer informações para as pessoas, instituições e governos entenderem o fenômeno e tomarem ações e decisões para mitigar o problema do endividamento crescente. Além de contribuir com os estudos anteriores trazendo uma perspectiva de dados temporais mais recentemente atualizados

O trabalho está dividido da seguinte forma: Primeiramente a introdução, logo em seguida o referencial teórico com definição dos

termos e estudos correlatos, depois a metodologia, análise e discussão dos resultados, conclusão e referências usadas.

Referencial Teórico

Contreras et al. (2006) conceituam o endividamento como a existência de uma obrigação que será obliterada após o pagamento, caracterizado pelo consumo antecipado, onde basta contrair a dívida para enquadrar-se como endividado. Os autores dissertam que o conceito de endividamento não está relacionado estritamente apenas com relações de consumo. De uma forma mais ampla, Bortoluzzi et al. (2015), conceituam que o termo endividamento mesmo tem origem no verbo endividar e significa contrair dívidas, podendo ser definido como a utilização de recursos de terceiros a fim de satisfazer as necessidades financeiras, ou seja, o indivíduo excede sua renda e recorre à utilização de recursos de terceiros com a promessa de pagamento futuro.

Vieira, Roma e Ferreira (2014) ao estudarem os fatores causadores do endividamento, concluíram que reduções na taxa básica de juros da economia ocasionaram um aumento da oferta de crédito, o que gerou o aumento do consumo e, conseqüentemente, a elevação dos níveis de endividamento das famílias. Ruberto et al. (2013), ao verificarem os relatórios de estabilidade financeira do Banco Central do Brasil, reportaram que menores taxas de juros e maiores prazos têm contribuído para o aumento do volume de crédito para as famílias. Com mais crédito, os indivíduos têm maior facilidade de contrair dívidas e acabam aumentando o nível de endividamento e o risco de não conseguir pagar seus compromissos até o vencimento, tornando-se inadimplentes. Bortoluzzi et al. (2015) e Steter e Barros (2012) entendem que a redução da taxa de juros e a ampliação do volume de crédito, como instrumentos econômicos expansionistas, além de ampliarem o poder de compra dos consumidores, aumentou o endividamento. Para Dwyer; Mccloud; Hodson, (2011) e Paraíso e Fernandes (2020) os movimentos de intento de facilitar o acesso ao crédito impulsionado pelo estímulo ao consumo por parte dos incentivos, (facilidade ao crédito) estimula os indivíduos a endividar-se cada vez mais pela necessidade de adquirir novos bens de

consumo, tornando-se um problema de ordem social, da chamada “sociedade do consumo” dos endividados.

A investigação de Linardi (2008) concluiu que o endividamento tem uma relação de causa e efeito com a taxa de juro e a expectativa de inflação. Glad e Almeida (2021), observaram que o indicador de inflação estava associado negativamente com o endividamento das famílias. Menos inflação, mais crescimento econômico e consumo e mais endividamento. Por outro lado, Camargos (2022) verificou que o comportamento do endividamento familiar é acentuado pela alta da inflação, gerando queda na renda real, as famílias recorrem ao crédito para manter o nível de consumo, inclusive de itens de primeira necessidade, aumentando o endividamento. Os estudos de Ruberto et al. (2013), Rayssa e Maia (2022), concluíram que a elevação da inflação e a conseqüente queda do poder de compra das pessoas como um dos principais promotores do endividamento familiar.

Com relação à taxa de ocupação, Zerrenner, (2007) discutiu que o desemprego também é um dos fatores determinantes do endividamento das famílias. Nesta linha, a pesquisa de Lucena et al. (2014) reportaram que o desemprego teve significativa taxa de resposta no quesito de determinantes do endividamento. As investigações de Vieira, Flores, Campara (2014) e de Kunkel, Vieira e Potrich (2015) apontaram que indivíduos com ocupação apresentam uma menor probabilidade de apresentarem uma propensão mediana ao endividamento. Concluíram que a desocupação ou desemprego é um fator determinante do endividamento das famílias. Este resultado é similar ao encontrado por Para Rayssa e Maia (2022) e Carvalho et al. (2020) no qual reportam as precariedades do mercado de trabalho e o aumento na desocupação como um dos principais promotores do endividamento familiar. Steter e Barros (2012) também concluíram a taxa de desemprego com correlação positiva com as variações na taxa de endividamento e inadimplência das pessoas e famílias brasileiras.

Conceitualmente, pode-se definir renda sendo a soma das remunerações desses diversos fatores de produção (salários, lucros, juros e alugueis). A renda da economia é a soma das rendas associadas a todos os bens e serviços gerados em determinado ano. E, contabilmente,

o valor da produção total da economia (o PIB) é igual a essa renda agregada. No tocante a renda, Santos e Silva (2004) observaram que o nível de renda influencia a forma como as famílias consomem e a maneira como recorrem a créditos. Segundo Silva, Vieira e Faia (2012) foi observado uma associação entre a renda pessoal e endividamento, sendo que quanto menor o nível de renda mais vulneráveis a dívida. Segundo Santos e Souza (2014), pessoas de rendas mais baixas são mais propensas ao endividamento em comparação às demais classes econômicas, justificadas pelo fato da exigência de diversas facilidades que são proporcionadas pelas agências e pelas instituições financeiras, uma vez que os produtos de crédito facilitam a utilização do dinheiro e, acabam por consequência, podendo ser enquadrados no débito financeiro. Tais resultados corroboraram outros estudos que verificaram a relação existente entre o nível de renda e a propensão ao endividamento, sendo que quanto menor o nível de renda mais vulneráveis à dívida as pessoas ficam (Livingstone e Lunt, 1992; Bricker et al., 2012; Lucena et al., 2014; Vieira, Flores e Campara, 2014; Zerrenner, 2007; Ruberto et al. 2013). Por outro lado, o estudo de Kunkel, Vieira e Potrich (2015) também concluiu que existe uma relação entre o nível de renda familiar e a propensão ao endividamento, contudo ratificando o fato daqueles que possuem maiores rendas, apresentarem menor propensão ao endividamento devido ao consumismo.

Outra variável que pode influenciar o endividamento é o Índice Nacional de Confiança do Consumidor (ICC), dada a relação deste com o consumo, o qual pode ter como consequência o endividamento ou a inadimplência. A confiança do consumidor expressa sua capacidade de compra na situação do país, abordando expectativas em relação à inflação, ao desemprego e a rendimentos futuros. Quando o consumidor está satisfeito, e otimista em relação ao futuro, tende a gastar mais; quando está insatisfeito, pessimista, gasta menos. Assim, pode-se ter uma perspectiva de indicadores que prospectam o seu otimismo ou pessimismo em relação ao futuro, o que tende a indicar possível aumento ou diminuição na demanda (Weiss, 2003). A confiança dos consumidores muitas vezes é tratada como a “força motora” da

economia, de modo que quando os consumidores se mostram confiantes com suas condições econômicas e com a visão que possuem do futuro, a economia tende a ser estimulada e apresentar resultados positivos, e o contrário também é verdadeiro (Sequeira, 2011). Berg e Bergström (1996) ao realizarem um estudo acerca do papel dos índices de confiança para explicar o crescimento do consumo, concluíram a taxa de juros e a taxa de inflação são fatores importantes nos níveis de confiança do consumidor, e que, o índice explica cerca de 37% da variação da taxa de crescimento do consumo. Maiores níveis de confiança na economia estão relacionadas com maior consumo mais acesso e estímulo ao crédito e maior endividamento das pessoas e famílias. Relacionando-se o ICC com o aumento da oferta de crédito em uma economia aquecida, com expressiva oferta de bens, mesmo os de pequeno valor, que podem ser parcelados, onde famílias com boa parte da sua renda já comprometida acabam conseguindo acesso a crédito, mesmo sem ter condições de saldar dívidas já existentes, levam o consumidor a uma situação de endividamento. Sobretudo aqueles com maior restrição orçamentária e que, na maioria das vezes, não têm reservas para qualquer imprevisto, o aumento da quantidade de contas parceladas poderá também impactar no grau de dificuldade do gerenciamento das finanças e assim acentuar a probabilidade de ocorrência de situações de superendividamento e inadimplência (Sbicca, Floriani e Juk 2012; Ruberto et al. 2013; Miotto, 2013).

A inadimplência pode ser um determinante ou uma consequência do endividamento. Segundo Rossato, Beskow e Pinto (2019), endividamento pode tornar o indivíduo suscetível ao acúmulo da dívida, se tornando propenso a inadimplência, que, por sua vez, alavanca a propensão ao superendividamento. Os resultados do estudo de Silva (2014) apontou que, quanto maior o endividamento, maior é o índice de inadimplência do indivíduo. No trabalho de Glad e Almeida (2021), a inadimplência apresentou associação positiva com o endividamento das famílias, principalmente no quesito de renegociações de dívidas. Nesse sentido, o IDEC (2022) observou que os feirões realizados para renegociação de débitos fazem com que o consumidor adquira ainda mais empréstimos. A renovação da dívida, muitas vezes parcelada e

com um prazo superior, além de não estar alinhada com a capacidade de pagamento, tem um potencial de aumentar o endividamento do consumidor pela maior exposição às taxas de juros ao longo do tempo. Dessa maneira, muitos acordos além de não resolver o problema tem aumentado o valor da dívida e o endividamento. Isso ocorre pelo fato de que nesses mutirões as instituições bancárias pegam diferentes tipos de dívida que um consumidor possui e transformam em uma só. Esse único modelo de dívida tem um crédito próprio e que pode gerar juros muito maiores do que os das dívidas anteriores. Segundo Levine (2005), problemas no sistema financeiro, tais como um aumento significativo na quantidade de famílias inadimplentes e com restrições de crédito, afeta o crescimento econômico, principalmente por meio de seu efeito sobre a alocação das poupanças da economia. Faz o sistema financeiro desempenhar suas funções de forma deficiente, e tende a prejudicar o crescimento econômico (PIB) e a reduzir as oportunidades na economia.

O Produto Interno Bruto (PIB) é definido como um indicador de atividade econômica que representa a soma de todos os bens e serviços produzidos em uma área geográfica em um determinado período, exprimindo a dinâmica econômica do lugar, apontando o possível crescimento da economia, caso positivo. Por outro lado, baixo crescimento ou queda no Produto Interno Bruto (PIB) resultaria também em pouco crescimento ou queda em emprego e renda, o que significa mais dificuldade para as pessoas quitarem as dívidas ou obterem novos financiamentos. Com o crescimento da economia medido pelo aumento do PIB, há mais oferta de crédito em função da maior renda disponível. Com relação ao PIB, o trabalho de Ruberto et al. (2013), concluiu que o PIB explica o endividamento das famílias, com um nível de significância de 10%. O PIB e o endividamento apresentam relação positiva com o endividamento, onde um aumento em 1% dessas variáveis causa um aumento de 0,09 % no endividamento, respectivamente. A pesquisa de Brodt (2022) corrobora ao concluir que o comportamento do endividamento das famílias foi explicado pelo comportamento do PIB. Observou ainda que crescimento do PIB acarretou aumentos no endividamento nos anos de 2018 a 2021.

A taxa de câmbio é o preço da moeda estrangeira com base na

moeda nacional. Nesse sentido, uma desvalorização cambial elevaria os preços dos insumos importados das indústrias e, portanto, os custos de produção sendo estes repassados para os produtos ficando mais caros para os consumidores e para as famílias causando inflação. Da mesma forma, os bens de capital e produtos importados também se tornariam mais caros, aumentando o preço do investimento. Por outro lado, Glad e Almeida (2021) e Ruberto et al. (2013), concluíram que aumento no câmbio tende a fazer com que as famílias brasileiras evitem gastos e, conseqüentemente, atenuem os seus níveis de endividamento. Asseveram haver uma relação negativa, onde o aumento na taxa de câmbio determinariam decréscimos no endividamento.

O custo de crédito é a taxa de juros cobrada ao se tomar um empréstimo junto a uma instituição financeira. Com relação ao custo de crédito, Vieira, Roma e Ferreira (2014) observaram uma relação negativa entre o custo do crédito e endividamento das famílias, relação positiva entre a taxa básica de juros e a taxa de crédito. Concluíram que aumentos no endividamento das famílias se deu por causa da redução do custo de crédito. Concluíram ainda que quando o governo altera taxa SELIC, há uma alteração significativa no custo do crédito, influenciando os níveis de endividamento de endividamento das famílias. A pesquisa de Zerrenner (2006), destacou, dentre outras razões para o endividamento dos indivíduos a alta taxa de juros influenciando o custo de crédito é um dos principais fatores para alta no nível de endividamento.

Abordagem metodológica

Caracterizou-se esta pesquisa como descritiva, pois descreveu características obtidas de dados secundários das variáveis macroeconômicas relacionadas com o endividamento pessoal. Foi também classificada como de avaliação quantitativa, devido à característica da análise dos dados. Segundo os procedimentos técnicos utilizados, a pesquisa pode ser também classificada como ex-post facto e estatística, pois os dados foram obtidos a partir do fato passado) e como estatística porque representa e explica, por meio de técnicas estatísticas (gráficos, tabelas, quadros e métodos) as observações

quantitativas (Fachin, 2001).

Os dados foram secundários e obtidos em diversas bases, conforme evidenciado no quadro 1. Tratou-se de observações em séries temporais (132 meses), de janeiro de 2012 a dezembro de 2022. Foi mantida a fidedignidade dos dados e os mesmos foram tabulados e organizados por meio de planilha Libre Office Calc e os tratamentos estatísticos pelo software Stata. Inicialmente foi mensurada a estatística descritiva das variáveis. Posteriormente foi apresentado cada gráfico de cada série temporal e utilizou-se o teste Dickey-Fuller para detectar estatisticamente a presença de comportamento de tendência estocástica nas séries temporais de cada variável, evidenciando seus padrões de comportamento ao longo do tempo.

Quadro 01 - Descrição das variáveis da pesquisa

Variável	Definição	Fonte
Endividamento das famílias	Endividamento das famílias com o Sistema Financeiro Nacional em relação à renda acumulada dos últimos doze meses .	Banco Central do Brasil
Comprometimento % da renda com dívidas	Comprometimento de renda das famílias com amortização da dívida com o Sistema Financeiro Nacional - Com ajuste sazonal .	Banco Central do Brasil
Inadimplência PF	Percentual da carteira de crédito do Sistema Financeiro Nacional com pelo menos uma parcela com atraso superior a 90 dias.	Banco Central do Brasil
Custo do Crédito em % ao ano	Custo médio, em um mês, que onera as famílias que tenham tomado crédito no SFN.	Banco Central do Brasil
Taxa de Cambio	A taxa de câmbio nominal: Custo do Dólar comparado ao Real.	IPEADATA
ICC - índice de confiança do consumidor	Mede a confiança do consumidor na sua capacidade de compra e na situação do país, abordando expectativas em relação à inflação, ao desemprego e a rendimentos futuros. Percepção relativa às suas condições financeiras, às suas perspectivas futuras e também à percepção que o consumidor tem das condições econômicas do país	FECOMERCIO SP
Concessões de crédito a pessoas físicas em R\$ (Milhões)	Valor das novas operações de crédito contratadas no período de referência no Sistema Financeiro Nacional. Inclui operações contratadas no segmento de crédito livre e no segmento de crédito	Banco Central do Brasil

	direcionado.	
PIB a preços de mercado	Mede o valor adicionado total a preços de mercado, em moeda corrente, dos bens e serviços produzidos pelas unidades produtoras.	IPEADATA IBGE
Taxa de juros - SELIC	Taxa básica de juros da economia. É o principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação. Ela influencia todas as taxas de juros do país, como as taxas de juros dos empréstimos, dos financiamentos e das aplicações financeiras.	Banco Central do Brasil
Inflação	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA - índice de inflação oficial do governo, O IPCA tem por objetivo medir a inflação de um conjunto de produtos e serviços comercializados no varejo, referentes ao consumo pessoal das famílias, cujo rendimento varia entre 1 e 40 salários mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos.	IBGE
Rendimento médio do trabalho	Soma do rendimento mensal do trabalho principal dividido pelo total da população ocupada de 16 anos ou mais de idade.	IBGE
Desemprego	taxa de desocupação, é a porcentagem de pessoas na força de trabalho que estão desempregadas.	IBGE
% de famílias endividadas	Quantidade de famílias endividadas em relação ao total das famílias. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)	FECOMERCIO
% de famílias inadimplentes	Quantidade de famílias com contas em atraso até 90 dias em relação ao total das famílias. Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC)	FECOMERCIO

Por fim, para verificar a associação entre as variáveis, processou-se a análise de correlação de Spearman, que é uma medida não paramétrica da correlação de postos (dependência estatística do ranking entre duas ou mais variáveis), medindo a força e direção da associação entre duas variáveis classificadas. Julgou-se que o teste seria adequado para atender-se aos objetivos da pesquisa.

Resultados e discussão

Do ponto de vista da análise descritiva, focou-se na análise da variabilidade relativa dos dados, uma vez que as medidas de tendência central e dispersão, pela própria particularidade dos dados serem de mensurações e bases de dados distintas, apresentaram-se em medidas e unidades heterogêneas. Assim, As maiores variabilidades relativas ao longo do tempo (35 % a 376,8%) foram observadas, a saber nas variáveis PIB, Inflação (IPCA), taxa básica de juros (SELIC) e concessão de crédito a PF. Tais resultados denotam as características de significativa dispersão nestas variáveis, principalmente no PIB por apresentar maiores amplitudes em relação a média, e serem variáveis de intervenção governamental ao longo dos anos, resultados das políticas econômicas em especial das políticas fiscal, monetária e de crédito que serviram para induzir o crescimento econômica e aumentar o bem-estar da população. Dessa forma, entre os objetivos dessas políticas estão: crescimento do PIB, injeção de crédito e liquidez, queda no desemprego e estabilização inflacionária (Vasconcellos, 2009). Apresentaram as menores variabilidades ao longo do tempo (3 a 9,3%), a saber, rendimento médio do trabalho, comprometimento % da renda com dívidas, custo do crédito a pessoas físicas e endividamento % das famílias. Observou-se, principalmente na variável no rendimento médio do trabalho menores amplitudes em relação a média, sendo variáveis mais estáveis ao longo do tempo em comparação com as demais. As demais variáveis apresentaram variabilidade relativa entre 14,5% a 25%.

Quadro 01- Resultados da estatística descritiva

VARIÁVEIS	Obs	Média	DP	Min	Max
1. Endividamento % das famílias	132	40.46	3.76	36.8	50.09
2. Comprometimento % de renda com dívidas	132	23.71	1.53	20.1	28.21
3. Inadimplência da carteira de crédito - PF	132	3.89	0.65	2.85	5.51
4 - Taxa de Câmbio nominal	132	227.54	44.25	145.94	315.26
5. Concessões de crédito - PF	132	159591	48694.77	92539	299453
6. Taxa básica de juros - SELIC	132	8.93	3.73	2	14.25
7. PIB a preços de Mercado	132	0.69	2.60	-4.5	5.2
8. Custo do Crédito PF	132	25.49	1.94	21.45	29.32
9. % famílias Endividadas	132	0.55	0.08	0.39	0.77
10. % famílias Inadimplentes	132	0.18	0.03	0.1	0.26
11. Inflação (IPCA)	132	0.49	0.39	-0.68	1.62
12. Taxa de Descocupação (Desemprego)	132	10.48	2.62	6.3	14.9
13. Rendimento Médio Trabalho	132	2720.98	82.48	2541	2967
14. Índice de Confiança do Consumidor	132	116.90	20.73	84.55	170.18

Os resultados evidenciam que as variáveis empregadas apresentam médias e desvios padrões de diferentes magnitudes, o que já era esperado, pois esta característica se deve a utilização dos mais diferentes tipos de variáveis macroeconômicas usadas no estudo, de diversas fontes.

Por meio dos indicadores de Assimetria e Curtose, pode-se perceber que as variáveis, em geral, são negativamente assimétricas e platicúrticas, descaracterizando um comportamento normalmente distribuído das séries, justificando o uso posterior de estatística não paramétrica para análise de associações. A distribuição dos dados apresentou uma curva de frequências mais aberta, caracterizada principalmente pela significativa variabilidade de algumas variáveis, em especial PIB, Inflação (IPCA), taxa básica de juros (SELIC) e concessão de crédito a pessoas físicas.

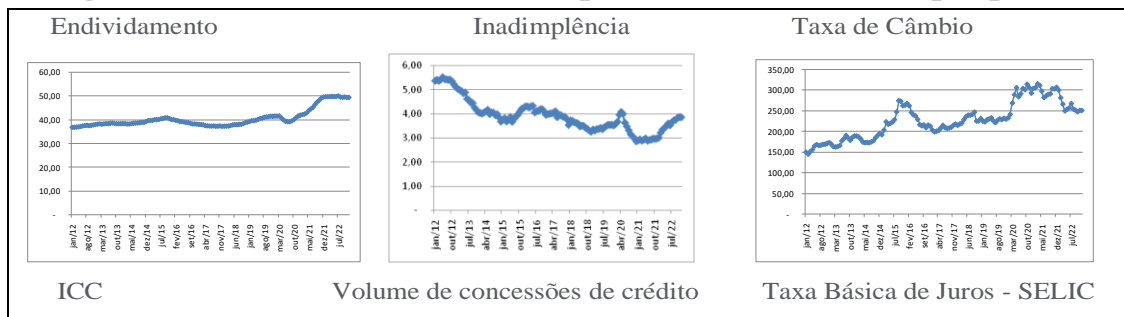
A análise das séries temporais objetivou verificar sua decomposição nas componentes de tendência, ciclo e sazonalidade, enfatizando na tendência da série em indica o seu comportamento “de longo prazo”. Primeiramente foi processado o teste de Dickey-Fuller (ADF) objetivando testar se houve presença significativa de tendência nas séries temporais das variáveis, cujos resultados estão no quadro 02. Posteriormente foi apresentado o gráfico de tendência de cada variável.

Quadro 02- Resultados dos testes de estacionariedade

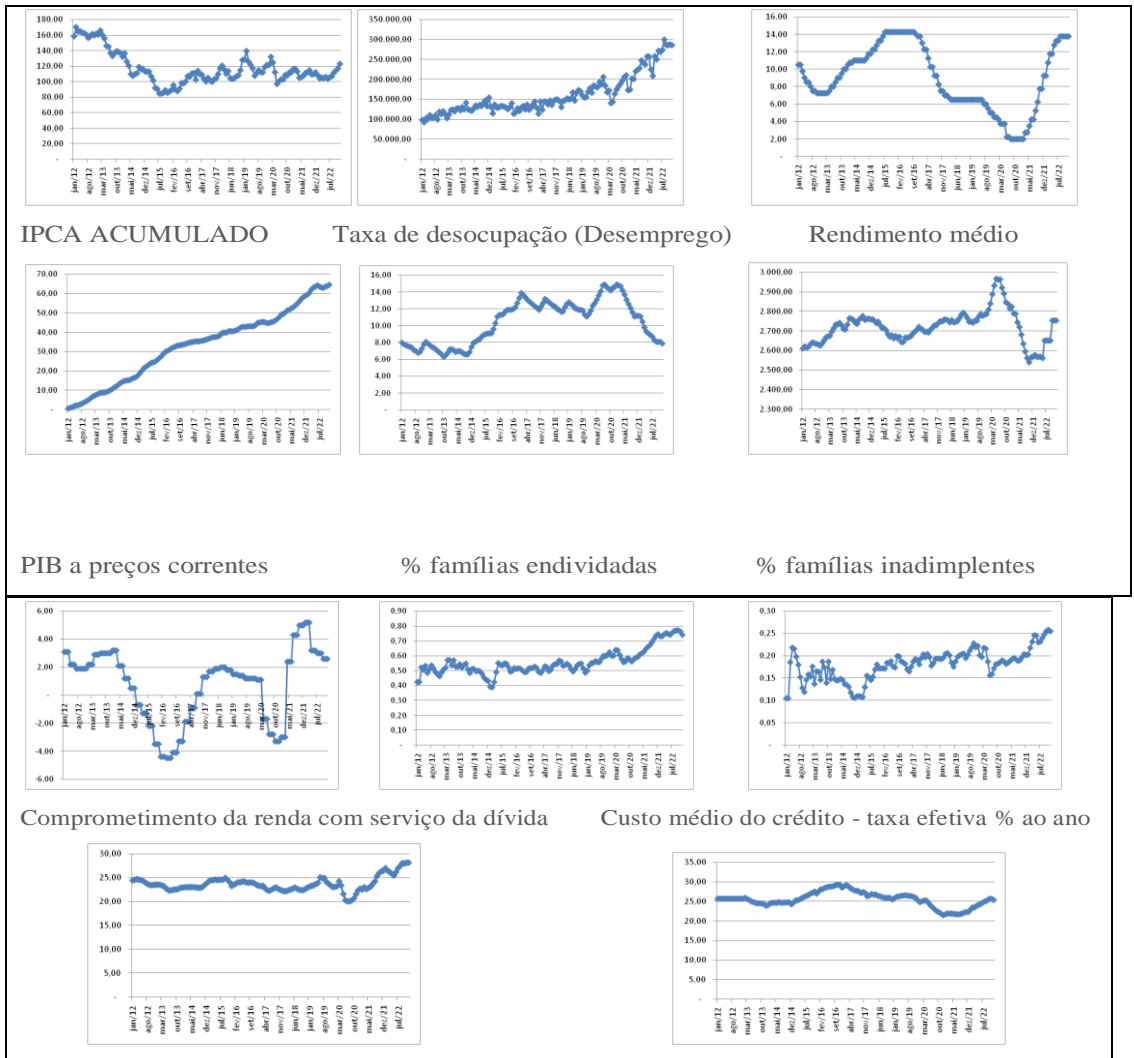
Variável	Teste Dickey-Fuller		Interpretação
	Z(t)	P- Value	
1. Endividamento % das famílias	2.126	0,9988	Não estacionária
2. Comprometimento % de renda com dividas	-0.275	0,9290	Não estacionária
3. Inadimplência da carteira de crédito - PF	-1.739	0,4113	Não estacionária
4 - Taxa de Câmbio nominal	-1.962	0,3037	Não estacionária
5. Concessões de crédito - PF	0.010	0,9594	Não estacionária
6. Taxa básica de juros - SELIC	-0.098	0,9497	Não estacionária
7. PIB a preços de Mercado	-1.589	0,4891	Não estacionária
8. Custo do Credito PF	-0.701	0,8465	Não estacionária
9. % famílias Endividadas	-1.212	0,6685	Não estacionária
10. % famílias Inadimplentes	-1.819	0,1565	Não estacionária
11. Inflação (IPCA)	-2.219	0,3974	Não estacionária
12. Taxa de Descocupação (Desemprego)	-0.882	0,7938	Não estacionária
13. Rendimento Médio Trabalho	-1.649	0,4574	Não estacionária
14. Índice de Confiança do Consumidor	-2.020	0,2777	Não estacionária

No que diz respeito a análise de séries temporais, a estacionariedade é uma condição necessária. A fim de avaliar se as variáveis utilizadas apresentam esta característica foi realizado o teste ADF (Dickey-Fuller Aumentado), onde a hipótese nula H_0 é de que a série possui raiz unitária (não-estacionária), contra a alternativa de estacionariedade. Os resultados do teste ADF aumentado evidenciaram que todas as séries se comportaram com tendências ou com sazonalidades sendo estatisticamente não estacionárias. Entende-se que a tendência e a sazonalidade afetarão o valor da série temporal em momentos diferentes. Os resultados do teste ADF (quadro 2) sugerem a presença de raiz unitária, que pode levar a um comportamento não estacionário da série temporal, ou seja, que sua média e variância mudam com o tempo.

Figura 01 - Gráficos das Series temporais das variáveis da pesquisa.



Indicadores macroeconômicos e endividamento pessoal/familiar brasileiro (LEITE FILHO, Geraldo Alemandro.)



Foram observadas sazonalidades (picos e vales) nas distribuições das séries das variáveis Taxa de Câmbio, Desocupação, PIB, Rendimento médio e volume de concessão de crédito. Tais resultados comprovam a análise da variabilidade da estatística descritiva e indicador de curtose, por serem resultados direto da intervenção governamental nas políticas econômicas. Observou-se ainda que as series temporais das variáveis endividamento, % famílias endividadas, volume de concessão de crédito, comprometimento da renda com

serviço da dívida e custo do crédito apresentaram uma tendência de aumento ao longo do tempo.

Pestana e Gageiro (2000), afirmam que por convenção sugere-se que um coeficiente de correlação (R), menor que 0,19 indica uma associação muito baixa, entre 0,2 e 0,39 baixa, entre 0,4 e 0,69 moderada, entre 0,7 e 0,89 alta e por fim, entre 0,9 e 1 uma associação muito alta.

Na análise de correlação, verificou-se que maior comprometimento da renda das famílias com juros relacionou-se moderada e positivamente maior o nível de endividamento (r: 0,46, p<sig. 0,001). Santos e Silva (2004) observam que o nível de renda influencia a forma como as famílias consomem e a maneira como recorrem a créditos. Segundo observa Pereira (2022), o que está acontecendo com grandes empresas, com dificuldade com crédito, acaba se repetindo com as famílias, que estão sendo vítimas das circunstâncias econômicas. Crédito caro, inflação resistente, mercado de trabalho ainda com muito déficit de empregos e os salários achatados compõem esse cenário de comprometimento da renda com dívidas. Segundo a instituição, a quantidade de brasileiros que se consideram muito endividados tem crescido em ritmo acelerado.

Quadro 02 - Matriz de correlação não paramétrica de Spearman

VARIÁVEIS	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
1. Endividamento % das famílias	1										
2. Comprometimento % de renda com dívidas	0.4574***	1									
3. Inadimplência da carteira de crédito - PF	-0.5777***	0.0735	1								
4 - Taxa de Câmbio nominal	0.7464***	0.0812	-0.7336***	1							
5. Concessões de crédito - PF	0.6980***	0.0893	-0.8505***	0.7490***	1						
6. Taxa básica de juros - SELIC	-0.0333	0.5007***	0.5080***	-0.2574***	-0.3552***	1					
7. PIB a preços de Mercado	0.0531	0.1978**	-0.0518	-0.1789**	0.1588*	-0.1466*	1				
8. Custo do Crédito PF	-0.4672***	0.0732	0.3887***	-0.2786***	0.5932***	0.4134***	-0.5017***	1			
9. % famílias Endividadas	0.6514***	0.1439*	-0.5553***	0.6442***	0.7350***	-0.3589***	0.3072***	-0.4152***	1		
10. % famílias Inadimplentes	0.3688***	0.2380	-0.4045***	0.4631***	0.6253***	-0.2187***	0.2048**	0.0387	0.6876***	1	
11. Inflação (IPCA)	0.2574***	0.2114**	-0.1084	0.1556*	-0.0027	0.1284	0.0883	-0.3217***	-0.0733	-0.2206***	1
12. Taxa de Desocupação (Desemprego)	0.6573***	-0.3335***	0.5860***	0.6103***	0.4482***	-0.4635***	-0.4553***	0.1515*	0.3026***	0.3506***	-0.1879**
13. Rendimento Médio Trabalho	0.0672	-0.5383***	-0.3750***	0.1715**	0.2504***	-0.4958***	-0.3358***	-0.1538*	0.0607	-0.0509	-0.2411**
14. Índice de Confiança do Consumidor	-0.2762***	-0.0564	0.2610***	-0.5318***	-0.2583**	-0.3388***	0.4968***	-0.2780**	-0.1022	-0.1055	-0.0305

*** sig a 0,01; ** sig a 0,05; * sig a 0,10

Observou-se que a taxa de câmbio relacionou-se alta e positivamente com o endividamento das famílias (r: 0,75, 0,0001), contrapondo as argumentações de Glad e Almeida (2021) e Ruberto et al. (2013). Para os dados da pesquisa, supõe-se que a taxa de câmbio cause um aumento nos insumos dos produtos e serviços, criando

inflação e onerando o custo de vida e causando busca por fontes extras de financiamentos, explicado na relação alta e positiva entre a taxa de câmbio e a concessão de crédito ($r: 0,75, 0,0001$). Observou-se ainda uma relação positiva e baixa entre a taxa de câmbio e a inflação ($r: 0,16; 0,10$). Nesse sentido, evidenciou-se que a concessão ou facilitação de crédito relacionou-se alta e positivamente com o endividamento das famílias ($r: 0,70, 0,0001$). Tais resultados corroboram os trabalhos de Vieira, Roma e Ferreira (2014), Ruberto et al. (2013), Bortoluzzi et al. (2015) e Steter e Barros (2012), Dwyer, Mccloud e Hodson, (2011) e Paraíso e Fernandes (2020) no qual asseveram aumentos na oferta de crédito com aumentos no endividamento. Nesse tema, FEBRABAN(2023) entende que deve-se haver campanhas para além de ensinar as pessoas a melhor planejarem seu orçamento doméstico, alertando-as a fugir do crédito fácil e conscientizando-as das ilusões criadas pela indústria do consumismo para que não caiam nas "armadilhas" do mercado, orientar e ajudar a reorganizar a vida financeira dos chamados superendividados passivos (aqueles que se endividam por fatos alheios à sua vontade, como morte, desemprego, doença, etc.) e ativos (aqueles que abusam do crédito pelo consumismo).

Verificou-se que a inflação relacionou-se baixa e positivamente com o endividamento ($r: 0,25, 0,0001$) corroborando os resultados dos estudos de Linardi (2008), Camargos (2022), Ruberto et al., (2013); Rayssa e Maia (2022) sugerindo para os resultados a inflação e a conseqüente queda do poder de compra das pessoas como um dos principais promotores do endividamento familiar.

A taxa de desocupação apresentou uma relação moderada positiva e significativa com o endividamento ($r=0,65; 0,001$) e baixa e positiva com a quantidade de famílias endividadas ($r=0,30, 0,0001$). Os resultados validam os trabalhos de Zerrenner, (2007), Lucena et al. (2014), Vieira, Flores, Campara (2014), Kunkel, Vieira e Potrich (2015), Rayssa e Maia (2022) e Carvalho et al. (2020) e Steter e Barros (2012) que foram unânimes em concluir o desemprego também como fator determinante do endividamento das famílias. Tais resultados estão ligados com a queda no rendimento médio e a desocupação ($r=0,35;$

0,0001). Embora o rendimento médio do trabalho não apresentou associação positiva com o endividamento, verificou-se quanto mais a renda cai, maior o comprometimento da renda com dívidas ($r = -0,55$; 0,0001), associação considerada moderada. Valida os resultados da pesquisa SERASA (2021) que concluiu o desemprego como principal causa do endividamento. Pereira (2022) explica que tais resultados são em função de anos de baixo crescimento econômico, somado ao aumento das taxas de desemprego e a alta da inflação, heranças da pandemia, que comprometeram ainda mais a renda das famílias. Por fim, a elevação das taxas de juros agrava ainda mais esse quadro, tornando as dívidas quase impagáveis para as famílias mais pobres, que são mais vulneráveis em termos de endividamento, validando Silva, Vieira e Faia (2012), Santos e Souza (2014).

Quanto a confiança na economia, os resultados evidenciaram que quanto menos se confia na economia maior o endividamento das famílias ($r = -0,28$; 0,0001). Apesar de relação baixa, este resultado foi compatível com Berg e Bergström (1996), Sbicca, Floriani e Juk (2012), Ruberto et al. (2013) e Miotto (2013). O resultado sugere que a falta de confiança na melhora do emprego, na renda ou na queda de inflação faz as famílias esperarem uma piora na economia e buscarem endividamento como fonte alternativa de renda, o que também pode ser explicado pela relação significativa entre a desocupação e inflação com o endividamento.

Encontrou-se uma associação negativa moderada e significativa entre a inadimplência e o endividamento ($r = -0,58$; $p < \text{sig. } 0,001$). Por outro lado, foi verificado relação positiva baixa e significativa entre o percentual de famílias inadimplentes e o endividamento ($r = 0,37$, 0,0001) validando os estudos de Glad e Almeida (2021), IDEC (2022) que asseveram a relação entre a inadimplência e o endividamento e vice versa.

Quanto ao custo de crédito, verificou-se relação moderada negativa com o endividamento ($r = -0,47$; 0,0001) sugerindo que aumentos no custo de crédito inibem o endividamento embora aumentem a inadimplência ($r = 0,39$; 0,0001) validando as argumentações de Vieira, Roma e Ferreira (2014) e refutando Zerrenner (2006), mesmo sendo

verificada associação positiva entre a taxa de juros básica da economia e o custo de crédito.

Verificou-se associação positiva moderada e significativa entre o endividamento percentual das famílias com relação a renda e a quantidade de famílias endividadas ($r=0,65$; $0,001$) e também associação baixa e significativa com a quantidade de famílias inadimplentes ($r=0,37$; $0,001$). Tais resultados já eram esperados por serem variáveis fortemente ligadas, Neste sentido, como explicam Chiara e Gerbelli (2023) a deterioração da situação financeira das famílias já traz uma preocupação para o sistema financeiro do País, o que leva os bancos a ficarem mais rígidos na concessão de novos créditos e obriga os brasileiros a recorrerem às chamadas linhas emergenciais, como cheque especial e rotativo do cartão de crédito, que têm os juros mais elevados, gerando mais endividamento e inadimplência.

Schymura (2022) reitera que entre a população de baixa renda e os classificadas como de renda mais volátil contraíram empréstimos mais concentrados nos produtos sem garantia, e apresentam maior inadimplência. Concluiu que o elevado endividamento e a alta inadimplência das famílias brasileiras, especialmente as mais pobres, está pautado nas modalidades mais caras de crédito. Para Santos e Souza (2014), as classes econômicas C e D eram mais propensos ao endividamento, pois a ocupação informal e a instabilidade de renda representam um perigo para essa classe, uma vez que os indivíduos com menor renda vivem em um ciclo vicioso de contrair novas dívidas para saldar as antigas. Segundo a investigação da SERASA (2021) um dos efeitos da pandemia foi o impacto da condição financeira dos brasileiros e o perfil dos endividados, que muitas vezes tiveram que realizar escolhas entre as suas dívidas. O desemprego e baixa ou falta de renda pode ser definido como principal motivo de endividamento, e o uso de cartão de crédito, utilizado principalmente para a compra de insumos básicos, é a principal dívida desse público.

Nos resultados da correlação, as variáveis PIB, taxa básica de juros (SELIC) e rendimento médio do trabalho foram não significativos na associação com endividamento, portanto, não foram analisadas.

Conclusão

O objetivo do estudo foi verificar e quantificar a relação entre as variáveis macroenômicas e o endividamento das famílias brasileiras, numa perceptiva de séries temporais. Os resultados evidenciaram que as variáveis apresentaram-se em medidas e unidades heterogêneas, médias e desvios padrões de diferentes magnitudes, negativamente assimétricas e platicúrticas, descaracterizando um comportamento normalmente distribuído das séries. As series temporais das variáveis endividamento, percentual (%) das famílias endividadas, volume de concessão de crédito, comprometimento da renda com serviço da dívida e custo do credito apresentaram uma tendência de aumento ao longo do tempo.

Concluiu-se que o endividamento relacionou-se forte e positivamente com a taxa de cambio, concessão ou facilitação de credito. De forma moderada e positiva com a renda das famílias, taxa de desocupação, Índice de Confiança no Comércio e relacionou-se baixa e positivamente a inflação. Foi encontrada relação negativa moderada e significativa com a inadimplência e o custo de crédito.

Como sugestões de pesquisas futuras, inserir novas variáveis no modelo bem como a utilização de outros métodos mais robustos que possam capturar o efeito conjunto das variáveis sobre o endividamento pessoal/familiar brasileiro.

Referências

BERG, L.; BERGSTRÖM, R. Consumer Confidence and Consumption in Sweden, No 1996:7, Working Paper Series, Uppsala University, Department of Economics. 1996.

BORTOLUZZI, D. A. et al. Aspectos do endividamento das famílias brasileiras no período de 2011-2014. *Perspectiva*, Erechim, v. 39, n. 146, p. 111-123, jun. 2015.

BRODT, F. N. Endividamento das famílias brasileiras com renda até dez salários mínimos no período de 2018 a 2021. TCC especialização Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/29959>. Acesso em 22/04/2022

CAMARGOS, M. A. R. Análise do Comportamento do nível de endividamento dos brasileiros. 2022. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

CARVALHO, S. S. de et al. Análise das transições no mercado de trabalho brasileiro no período na Covid-19. Carta de Conjuntura. IPEA, n. 49, Nota de Conjuntura12,2020.<https://www.ipea.gov.br/cartadeconjuntura/index.php/2020/11/analise-das-transicoes-no-mercado-de-trabalho-brasileiro-no-periodo-da-covid-19/>

CARVALHO, H. A. de; SOUZA, F. G. P; FUENTES, V. L. P. Representação social do endividamento individual RPCA. Rio de Janeiro, v. 11, 1, p. 100 - 115, jan./mar. 2017.

CONTRERAS V. L.; DE LA FUENTE T. C.; FUENTEALBA C. J.; GARCÍA C. A.; SOTO G. M. Psicología del Endeudamiento: Una Investigación Teórica. Universidad De La Frontera. 2015.Disponível em: . Acesso em: 03/05/2023.

CHIARA, M. de.; GERBELLI, L.. G. Como os brasileiros chegaram ao endividamento recorde de R\$ 4,6 mil por pessoa. 2023. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/economia/inadimplencia-recorde-atinge-70-milhoes-de-brasileiros/>. Acesso em 25/04/2023.

DWYER; R. E.; MCCLOUD, L.; HODSON, R. Youth debt, mastery, and self-esteem: Class-stratified effects of indebtedness on self-concept. Social Science Research, v. 40, n. 3, p. 727-741, 2011.

FACHIN, O. Fundamentos de Metodologia. 5ed. São paulo: 2021, Saraiva.

FEBRABAM . A concessão de crédito e o endividamento dos consumidores.2023. Disponível em : <https://www.febraban.org.br/7Rof7SWg6qmyvwJcFwF7I0aSDf9jyV/sitefebraban/Apresenta%E7%E3o%20Werson%20Rego.pdf> . Acesso em 25/04/2023.

GLAD, M. E.; ALMEIDA, N. S. de. Indicadores econômicos e sociais e o nível de endividamento dos brasileiros (2021). Disponível em: <https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/contufu2021.completo0171.pdf>. Acesso em 03/05/2023.

IDEC.Feirões de negociação mantêm ou até aumentam dívidas dos consumidores.(2021). Disponível em: <https://idec.org.br/release/feiroes-de-negociacao-mantem-ou-ate-aumentam-dividas-dos-consumidores>. Acesso em 22/04/2023.

LEVINE, R. Finance and growth: theory and evidence. In: AGHION, P.; DURLAUF, S. (Eds.). Handbook of Economic Growth. The Netherlands: Elsevier Science, 2005.

LINARDI, F. M. Avaliação dos Determinantes Macroeconômicos da Inadimplência Bancária no Brasil. 2008. 76 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas UFMG, Belo Horizonte, 2008.

LIVINGSTONE, S.; LUNT, P. Predicting personal debt and debt repayment: psychological, social and economic determinants. Journal of Economic Psychology, v. 13, p. 111- 134, 1992

LUCENA, W. G. L.; SANTOS, J. M. A.; ASSIS, J. T.; SANTOS, M. C. Fatores que influenciam o endividamento e a inadimplência no setor imobiliário da cidade de toritama - pe à luz das finanças comportamentais. HOLOS, vol. 6, 2014, pp. 90-113.

MENASCE, M. Quais as principais causas do endividamento? 2020. Disponível em: <https://blog.euemdia.com.br/endividamento-das-familias/>. Acesso em: 03/05/2023.

MIOTTO, A. P. Antecedentes e consequências da gestão das finanças domésticas: uma investigação com consumidoras da classe C. (Tese de doutorado). Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2013.

PARAÍSO, S. C. S.; FERNANDES, R. A. S. O crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras. Revista Eletrônica Cosmopolita em Ação, v. 6, n. 2, p. 12-26, 2020.

PEREIRA, T. (2022). Alta do desemprego leva a recorde de endividamento das famílias. Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/01/19/alta-do-desemprego-leva-a-recorde-de-endividamento-das-familias>. Acesso em 25/04/2022.

PESTANA, M. H.; GAGEIRO, J. N. Análise de Dados para Ciências Sociais: a complementaridade do SPSS. Lisboa: Silabo. 2000.

KUNKEL, F. I. R., VIEIRA, K. M., POTRICH, A. C. G. Causas e consequências da dívida no cartão de crédito: uma análise multifatores. Revista De Administração, 50(2), 169-182. 2015.

RAYSSA, A.; MAIA, M. Endividamento familiar no Brasil. Revista Pet Economia Ufes. Vol. 4. Fevereiro, 2022.

ROSSATO, V. P.; BESKOW, R. P.; PINTO, N. G. M. O Endividamento e os seus Consequentes nas Capitais Brasileiras de 2010 a 2017. Revista de Administração IMED, v. 9, n. 1, p. 94-113, 2019.

RUBERTO, I. V. G. et al. A influência dos fatores macroeconômicos sobre o endividamento das famílias brasileiras no período 2005 – 2012. Revista Estudos do CEPE, Santa Cruz do Sul, n. 37, p. 58-77, jan./jun., 2013.

SANTOS, T. dos S.; SOUZA, M. J. B. de. fatores que influenciam o endividamento de consumidores jovens. Revista Alcance - Eletrônica - Vol. 21 - n. 1 - jan./mar. 2014

SERASA. Pesquisa 2021. Endividamento. Disponível em : <https://www.serasa.com.br/assets/cms/2021/Pesquisa-Endividamento-2021-Release-.pdf> . Acesso em 25/04/2023.

SEQUEIRA, E. da C. Os indicadores de confiança, o sentimento do investidor e o mercado de capitais portugueses. Dissertação de Mestrado. Universidade Técnica de Lisboa. Instituto Superior de Economia e Gestão. 2011.

SBICCA, A.; FLORIANI, V; JUK, Y. Expansão do crédito no Brasil e a vulnerabilidade do consumidor. Revista Economia & Tecnologia (RET). 8, 4, p. 05-16, Out/Dez 2012

SILVA, L. F. S. Fatores determinantes do endividamento e da inadimplência associados à propensão da falência da pessoa física. Dissertação de Mestrado. UEM. 2014.

SANTOS, A. C.; SILVA, M. Importância do Planejamento Financeiro no processo

de controle do endividamento familiar: Um estudo de caso nas regiões metropolitanas da Bahia e Sergipe. *Revista Formadores: Vivências e Estudos*, 7, 1, 05-17, 2014.

SILVA, L. F. S., VIEIRA, V.A. FAIA, V. S. Fatores determinantes do endividamento e da inadimplência associados à propensão de falência da pessoa física. *Análise*, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 207-221, set.-dez. 2012.

SCHYMURA, L. G. Alto endividamento das famílias, com destaque para os mais pobres, é desafio para o próximo governo. *Conjuntura Econômica*. 2022. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/blog-da-conjuntura-economica/temas/alto-endividamento-das-familias-com-destaque-para-os-mais-pobres>. Acesso em 25/04/2023.

STETER, E.R.; BARROS, O. de. Determinantes macroeconômicos apontam para redução da taxa de inadimplência de pessoa física ao longo deste ano. Destaque Depec – Bradesco. Ano X - Número 27 - 24 de fevereiro de 2012.

VASCONCELLOS, M. A. S. de. *Economia Micro e Macro*. 4.^a Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

VIEIRA, K. M.; FLORES, S. A. M.; CAMPARA, J. P. Propensão ao Endividamento no Município de Santa Maria (RS): verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais. *Teoria e Prática em Administração*, v. 4, n. 2, p. 180-205, 2014.

VIEIRA, A. L. B. D.; ROMA, C. M. S.; FERREIRA, B. P. O custo do crédito pessoal em relação ao nível de endividamento das famílias brasileiras e à Taxa de juros Selic. *Revista Economia & Gestão*, v. 14, n. 36, pp. 138-160, out. 2014.

WEISS, M. J. *Inside Consumer Confidence Surveys*. 2003. Disponível em: <<http://adage.com/article/american-demographics/inside-consumer-confidence-surveys/44734/>>. Acesso em: 04/05/2023.